

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	37.501.197,31	0,004266
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	74.182.921,87	0,008438
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	70.473.775,78	0,008016
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	66.764.629,68	0,007594

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE-AC. Data da emissão: 26/05/2020 e hora de emissão: 08:00.

<sup>1</sup>Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020. Fonte: Diário Oficial da União - Seção 1, nº 99, pág. 23, terça-feira, 26 de maio de 2020

## ANEXO II

### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO 2019 A ABRIL 2020

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.552.987,08
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.051.789,77
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.501.197,31

### APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,004266%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,008462%	74.393.918,57
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,008454%	74.323.586,34
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,008438%	74.182.921,87
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJ/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Documento assinado eletronicamente por JONATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO, Diretor Geral, em 26/05/2020, às 12:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLOS FREIRE LIMA, Coordenador(a), em 26/05/2020, às 14:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por RONALDO BRAGA DE PAULA, Técnico Judiciário, em 26/05/2020, às 19:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf-ac.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 0353493 e o código CRC 17AB6EAB.

Documento assinado eletronicamente por DENISE CASTELO BONFIM, Presidente, em 27/05/2020, às 16:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf-ac.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 0353774 e o código CRC C4FE6F87.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

### PORTARIA Nº 186, DE 27 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 1º quadrimestre do exercício 2020, na forma do Anexo I a presente Portaria (documento 0709839 do procedimento 0004144-15.2020.6.02.8000).

Art. 2º. Tornar público o correspondente Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário. Item 9.4, na forma do Anexo II a presente Portaria (documento 0709841 do mesmo procedimento).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO

## ANEXO I

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO														
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MAIO /2019 A ABRIL /2020														
RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA <sup>1</sup>													
	Últimos 12 Meses													
	LIQUIDADAS													
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	Total (últimos 12 meses) (a)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.616.063,26	7.713.623,76	7.475.958,74	7.633.096,52	7.516.593,19	7.555.127,82	11.506.138,33	9.492.908,94	9.643.347,46	7.570.124,01	7.868.101,76	7.828.585,71	99.419.669,50	-
Pessoal Ativo	6.813.144,66	6.910.705,16	6.660.921,86	6.766.952,12	6.697.868,14	6.736.402,77	10.261.069,56	8.654.755,41	8.395.395,40	6.738.156,03	7.036.133,78	6.981.001,25	88.652.506,14	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.870.610,89	5.963.170,08	5.734.947,96	5.829.410,76	5.760.658,54	5.800.156,47	8.399.513,82	7.527.921,59	7.622.631,32	5.833.497,18	5.848.858,86	5.822.829,05	76.014.206,52	-
Obrigações Patronais	942.533,77	947.535,08	925.973,90	937.541,36	937.209,60	936.246,30	1.861.555,74	1.126.833,82	772.764,08	904.658,85	1.187.274,92	1.158.172,20	12.638.299,62	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	802.918,60	802.918,60	815.036,88	866.144,40	818.725,05	818.725,05	1.245.068,77	838.153,53	1.247.952,06	831.967,98	831.967,98	847.584,46	10.767.163,36	-

Aposentadorias, Reserva e Reformas	641.903,63	641.903,63	654.021,91	705.129,43	657.710,08	657.710,08	1.002.249,37	677.138,56	1.001.173,24	667.448,78	667.448,78	683.065,26	8.656.902,75	-
Pensões	161.014,97	161.014,97	161.014,97	161.014,97	161.014,97	161.014,97	242.819,40	161.014,97	246.778,82	164.519,20	164.519,20	164.519,20	2.110.260,61	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art.18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	824.961,27	802.918,60	826.398,74	866.144,40	818.725,05	794.605,34	875.752,56	334.648,93	1.247.952,06	831.967,98	831.967,98	847.584,46	9.903.627,37	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	22.042,67	-	11.361,86	-	-	-	-	63.561,31	-	-	-	-	96.965,84	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	802.918,60	802.918,60	815.036,88	866.144,40	818.725,05	794.605,34	875.752,56	271.087,62	1.247.952,06	831.967,98	831.967,98	847.584,46	9.806.661,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.791.101,99	6.910.705,16	6.649.560,00	6.766.952,12	6.697.868,14	6.760.522,48	10.630.385,77	9.158.260,01	8.395.395,40	6.738.156,03	7.036.133,78	6.981.001,25	89.516.042,13	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) <sup>3</sup>		879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)		89.516.042,13	0,010182%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art.20 da LRF) <sup>4</sup>		146.238.293,72	0,016634%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)		138.926.379,03	0,015802%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art.59 da LRF)		131.614.464,35	0,014971%

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 25.05.2020 às 15:00 horas.

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

3 - Valor referente à Portaria STN nº 284 de 22.05.2020 (DOU de 26.05.2020).

4 - Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

#### ANEXO II

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO		DESPESAS EXECUTADAS	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4.			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MAIO /2019 A ABRIL /2020			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		99.419.669,50	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)		9.903.627,37	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		89.516.042,13	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre RCL (V) = (III / IV) * 100		0,010182%	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,0166 82 %	146.660.287,11
	Resol. CNJ 5/2005 - Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 478 de 26.09.05	0,016665%	1.46.510.831,12
	Resol. CNJ 26/2006 - Ato decorrente \2: NÃO TEM.	-	-
	Resol. CNJ 177/2013 - Ato Decorrente \2: Portaria TSE nº 385 de 22.08.13	0,016634%	1.46.238.293,72
	Justiça do Trabalho - Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	-	-

Notas:

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

RUI CARLOS GALVÃO  
Gestor Financeiro

GIANE DUARTE COELHO MOURA  
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

De acordo.

FILIPPE LÔBO GOMES  
Diretor-Geral

Des. PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO  
Presidente do Tribunal

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

#### PORTARIA Nº 277, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Digital nº 7677/2020, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO, nos termos do Inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. TITO CAMPOS DE PAULA

